



Relatório e
Contas

2021



ÍNDICE

Órgãos Sociais e de Fiscalização	3
Sumário Executivo	4
Enquadramento Macroeconómico	5
Mercados financeiros	6
Principais riscos e incertezas para 2022	7
Evolução da Atividade	9
Indicadores financeiros - 2021	10
Margem de Solvência.....	11
Quota de Mercado 2021	11
Evolução dos Activos sob Gestão	11
Ações de Marketing	12
Responsabilidade Social	14
Acreditar-Associação de Pais e Amigos de Crianças com cancro.....	14
AHT-Associação Hípica Terapêutica.....	14
Aprender em Parceria A PAR.....	14
Clube de Badminton de Tires	14
Fundação A.J.U. - Jerónimo Usera	14
Grupo Desportivo Estoril Praia (GDEP)	15
Meios Humanos e Materiais	15
Recursos Humanos	15
Infraestruturas.....	15
Formação	15
Plano de Pensões dos Colaboradores da Futuro	16
Sistema Integrado de Gestão	16
GIPS Compliance	17
Governo Societário	17
Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno	17
Riscos associados à atividade da Entidade Gestora	18
Risco dos Fundos Geridos	18
Perspetivas para a Sociedade	19
Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação de Resultados	19
Nota final	20
Demonstrações Financeiras	21
Balanço	22
Demonstração dos Resultados por Naturezas	23
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	24
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	25
Anexo às Demonstrações Financeiras	26
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	65
Certificação Legal das Contas	67

RELATÓRIO DE GESTÃO

Órgãos Sociais e de Fiscalização

Assembleia Geral:

Presidente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa representada por

- Edmundo Martinho

Vice-Presidente

- António Pedro de Sá Alves Sameiro

Secretário

- Rui Pedro Brás Matos Heitor

Conselho de Administração:

Presidente: Montepio Seguros - SGPS, S.A. representada por

- Virgílio Manuel Boavista Lima

Administradores Executivos:

- José Luís Esparteiro da Silva Leitão
- Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto

Vogal: Fundação Oriente representada por

- João António Morais da Costa Pinto

Vogal: Navegação Aérea de Portugal, NAV PORTUGAL, E.P.E. representada por

- José Mendes Alfaia

Conselho Fiscal:

Presidente

- José Alarcão Troni

Vice-Presidente

- Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel

Efetivo

- Paula Alexandra Flores Noia de Silveira

Suplente

- Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas:

- BDO & Associados, SROC representada por: Pedro Manuel Aleixo Dias

Sumário Executivo

O ano de 2021 iniciou-se com um panorama auspicioso no que se refere à pandemia COVID-19, com as boas perspetivas de evolução das vacinas e a esperança de se poder debelar a situação. Infelizmente, não se concretizaram as melhores expectativas, mas, ainda assim, o desfecho do ano permite augurar a resolução dessa situação em 2022.

Do ponto de vista da atividade económica, toda a incerteza e dificuldades geradas pela persistência da pandemia se acentuaram, dando lugar a um cenário inflacionista que perdurou ao longo do ano, acompanhado de uma tendência de subida das taxas de juro que, contudo, se mantinham ainda em valores historicamente baixos no final do ano.

As autoridades monetárias, nomeadamente a FED e o BCE, mantiveram as suas políticas monetárias de carácter expansionista, mas o cenário de inflação e de recuperação económica deixava antever no final do ano a adoção da retirada gradual de estímulos monetários e de uma subida das taxas diretas nos EUA já em 2022.

De um modo geral, houve uma continuidade na trajetória de recuperação do sentimento dos mercados ainda iniciada em 2020, com os preços dos ativos a continuarem a beneficiar, durante grande parte do ano, das baixas taxas de juro, da recuperação económica observada e perspetivada, da recuperação dos resultados das empresas e das perspetivas e do próprio desenrolar do processo de vacinação contra a Covid-19.

As condições de mercado e a atuação da Futuro ao longo do ano, coadjuvada com um papel muito ativo por parte dos seus principais distribuidores – o Banco Montepio e o Banco de Investimento Global – conduziu a um crescimento sem precedentes das contribuições para fundos abertos, a que se adiciona uma rentabilidade global favorável, permitindo portanto um crescimento de 19% dos ativos dos fundos abertos e de 6,2% da carteira total de fundos, dando lugar a um crescimento da quota de mercado para 8,06%.

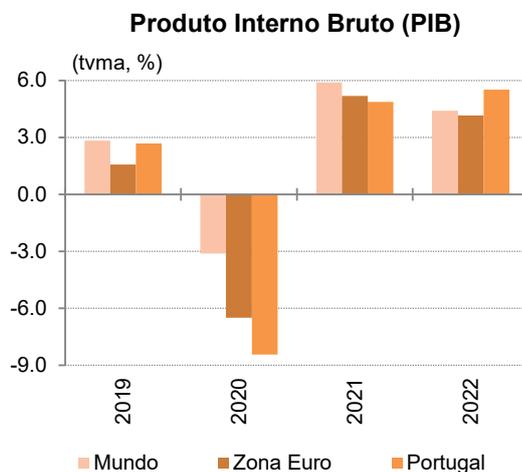
Os resultados operacionais foram ainda favorecidos por comissionamento variável resultante da boa performance da generalidade dos fundos, com obtenção de rentabilidades acima dos *benchmark*.

O resultado bruto de 2021 voltou a situar-se ao nível dos melhores anos de atividade, sendo de 1.522.965€ e o resultado líquido foi de 1.208.799€, o que significa uma rentabilidade dos capitais próprios de 11,6% e uma rentabilidade do capital social de 47,1%.

Enquadramento Macroeconómico

Economia Mundial

Na recente atualização do World Economic Outlook (WEO), em 25 de janeiro/2022, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou para um crescimento da economia mundial de 5,9% em 2021, depois da contração de 3,1% observada em 2020 – provocada pela grave crise pandémica que assolou todo o globo –, tendo cortado a projeção de crescimento para 2022, de 4,9% para 4,4%. A variante Ómicron, as dificuldades de fornecimento, a escalada da inflação e a elevada incerteza tornaram a recuperação da grave crise provocada pela pandemia da Covid-19 mais lenta do que o esperado pelo FMI em outubro. O FMI explica que a revisão em baixa para 2022 ficou a dever-se, no fundamental, ao corte de perspetivas para os EUA e a China, sublinhando também o cenário menos positivo para a Alemanha.



Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2021 condicionada pelo confinamento adotado no início do ano, tendo contraído ligeiramente no 1.º trimestre e registado uma nova recessão técnica, mas regressando posteriormente aos crescimentos, com o PIB trimestral da região, no 4.º trimestre, a recuperar, finalmente, das perdas da pandemia, fazendo novos níveis máximos históricos. O crescimento médio anual da Zona Euro em 2021 foi de 5,2%, depois da forte contração de 6,5% em 2020, prevendo-se uma expansão em torno de 4,2% para 2022, mas com estas previsões a permanecerem rodeadas de incerteza, resultante, designadamente, da evolução da situação pandémica.

Ao longo do ano de 2021, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a sua política monetária bastante expansionista, a qual tinha sido intensificada em 2020, com o intuito de mitigar o impacto da pandemia de Covid-19 sobre a economia, mas tendo no final do ano começado a preparar o mercado para a aproximação do momento da retirada gradual dos estímulos monetários – num contexto de elevada inflação [média anual de +2,6% em 2021, em marcada aceleração face aos +0,3% em 2020, com a inflação homóloga a atingir os +5,0% em dezembro de 2021 (e a voltar a subir já em janeiro deste ano, para +5,1%, renovando níveis máximos desde junho de 1992), embora refletindo, em grande medida, a evolução dos preços da energia] –, com o primeiro momento dessa gradual retirada de estímulos a ocorrer no final de março de 2022, com o término do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme – PEPP*).

Economia Portuguesa

O PIB português cresceu 4,9% em 2021, ficando acima da maioria das estimativas, refletindo não só um crescimento acima do esperado no derradeiro trimestre do ano, mas, sobretudo, uma revisão em alta dos dados do início do ano. Tratou-se do mais elevado crescimento desde 1990, mas que ocorre após a diminuição histórica de 8,4% em 2020 (superior à recessão acumulada durante a intervenção da Troika), na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia da Covid-19 na atividade económica.

Este regresso da economia aos crescimentos em 2021 foi acompanhado de uma redução da taxa de desemprego (dos 7,0% de 2020 para 6,6% em 2021), de um agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPIC, de -0,1% em 2020 para +0,9% em 2021), ainda que bem menos intenso que o observado na generalidade dos países da Zona Euro, de algum alívio das finanças públicas (redução do défice orçamental e do rácio da dívida pública), embora também de agravamento do défice da balança corrente, com a taxa de poupança dos particulares, por seu lado, a começar a diminuir, depois da marcada subida observada em 2020, então bastante influenciada pela quebra do consumo originada pelo contexto de pandemia.

A economia portuguesa deverá manter a sua trajetória de recuperação durante 2022, estimando-se um crescimento real do PIB de 5,5%, embora com um progressivo abrandamento dos crescimentos em cadeia ao longo do ano, para ritmos mais próximos dos historicamente observados. O crescimento económico em 2022 irá continuar a beneficiar de uma política monetária ainda favorável e da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com o PIB a dever retomar o nível pré-pandemia em meados do ano, mais dinamizado pelo investimento e pela procura externa, e com menor contributo do consumo privado e do consumo público.

A evolução da pandemia continua a representar um risco descendente, assim como a incerteza sobre a evolução da inflação e o respetivo impacto nas políticas económicas e ainda a incerteza geopolítica.

Mercados financeiros

Em 2021 observou-se, de um modo geral, a manutenção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados iniciada em 2020, após um comportamento marcadamente desfavorável observado nos primeiros meses de 2020 – muito afetado pelo efeito inicial da pandemia –, com os preços dos ativos a continuarem a beneficiar, durante grande parte do ano, das baixas taxas de juro, da recuperação económica observada e prospetivada, da recuperação dos resultados das empresas e das perspetivas e do próprio desenrolar do processo de vacinação contra a Covid-19.

Esta recuperação estendeu-se mesmo às ações do setor bancário europeu, que seguiram a recuperação iniciada no setor nos mercados americanos ainda em 2020, beneficiando das crescentes perspetivas de impactos mais moderados da pandemia sobre as imparidades, da maior probabilidade atribuída a subidas das taxas diretoras dos principais bancos centrais e dos ganhos de eficiência obtidos.

Não obstante, o ano de 2021 continuou a ser marcado pela incerteza em torno da evolução da pandemia e dos impactos (económicos e financeiros) das variantes que foram surgindo (como a Delta e a Ómicron), num contexto de agravamento dos preços (da generalidade das *commodities* e, em especial, da energia) e das expectativas de inflação à escala global, aumentando, assim, a incerteza em torno do crescimento económico e das decisões de política monetária e, já mais próximo do final do ano, provocando um aumento das expectativas de concretização, mais célere que o anteriormente antecipado, do gradual processo de alívio dos estímulos monetários (mais célere nos EUA que na Zona Euro).

Os principais **índices de ações** dos EUA registaram o 3.º ano consecutivo de fortes retornos anuais, impulsionados pelos estímulos orçamentais e monetários, com o S&P 500 (+26,9% em 2021) a reportar o melhor desempenho em três anos seguidos desde 1999. Já na Europa, o Stoxx 600, que agrega as maiores empresas europeias, fechou o ano a ganhar 22,3% e o português PSI-20 valorizou 13,7%, naquele que foi o melhor desempenho anual desde 2017.

• • •

2021 Relatório e Contas Futuro, SA

O índice MSCI global subiu 16,8%, fechando o ano próximo dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021.

As **yields da dívida pública de referência** subiram na **Alemanha** no curto prazo (2 anos) e no longo prazo (10 anos), mas mais intensamente no último caso (+39 p.b., para -0,177%), tendo também aumentado nos EUA e ainda mais intensamente (nos 10 anos, +60 p.b. para 1,510%).

Os **spreads de crédito** apresentaram movimentos ligeiramente favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de movimentos ascendentes nos **spreads dos países periféricos da Zona Euro**, com a Grécia a destacar-se pela negativa (+32 p.b., para um *spread* de 152 p.b.) e Portugal pela positiva, com o menor agravamento (+4 p.b., para 64 p.b.), com o agravamento a resultar, nomeadamente, das expectativas de compras de dívida pública em 2022 por parte do BCE.

As **taxas Euribor** apresentaram ligeiras descidas (-3 p.b. nos 3 meses, -2 p.b. nos 6 meses e -0.2 p.b. nos 12 meses), fechando o ano perto dos níveis mínimos históricos em todos os prazos (nos 3 meses observados no dia 10 de dezembro, nos 6 meses em 9 de dezembro e, nos 12 meses, em 2 de fevereiro de 2021).

De referir também que os índices gerais de **commodities** registaram fortes subidas, com o índice compósito CRB Index a avançar 38,5% e o GSCI 37,1%, sendo suportado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior subida, de 53,6%, num contexto de aumentos dos preços do Brent e do WTI superiores a 50%), dos metais de base, das agrícolas e do gado, sendo apenas penalizado pelos metais preciosos.

Principais riscos e incertezas para 2022

No World Economic Outlook de 25 de janeiro/2022, o FMI considera que os riscos para as perspetivas de crescimento são descendentes, identificando o aparecimento de novas variantes da Covid-19, que pode levar a um prolongamento da pandemia e a novas perturbações económicas, com potenciais impactos nos sistemas financeiros e bancários, defendendo que o acesso mundial a vacinas, testes e tratamentos é essencial para reduzir o risco de novas variantes. Assinala também que as perturbações nas cadeias de abastecimento e volatilidade nos preços da energia e pressões salariais localizadas leva a que a incerteza em torno da inflação seja elevada, a que acrescem riscos para a estabilidade financeira e para os fluxos de capitais, moedas e situações orçamentais dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento com uma possível subida das taxas de juro nas economias avançadas. O FMI alerta ainda que outros riscos globais se podem materializar devido às tensões geopolíticas (v.g. no Leste da Europa e na Ásia) e à emergência climática.

A nível nacional, a economia portuguesa deverá manter-se condicionada pela pandemia e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais, com o aumento dos riscos políticos domésticos e internacionais e do risco de maiores perturbações nos mercados financeiros. As perspetivas de inflação no país estão também rodeadas de riscos ascendentes, que decorrem, sobretudo, da possibilidade de uma maior transmissão dos aumentos dos preços das matérias-primas e dos bens intermédios aos preços no consumidor. A subida recente da inflação, a par das dificuldades de recrutamento em alguns setores, poderá traduzir-se em pressões mais fortes sobre os salários do que as consideradas nas atuais previsões. Numa análise recente, a CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) realça que o eventual aumento da taxa de inflação e das taxas de juro poderá inverter o ritmo de ganhos no mercado acionista. Essas correções de preços poderão ser exacerbadas pela excessiva alavancagem de alguns investidores, que poderão ser forçados à alienação de posições. O expectável início da normalização da política monetária, as pressões inflacionistas, o

• • •

phasing out de apoios públicos a famílias e empresas e o fim das moratórias serão desafios particularmente relevantes em 2022, uma vez que poderá assistir-se à deterioração da situação financeira das famílias e Estados e ao avolumar de insolvências em alguns setores de atividade. Ou seja, continuarão a ser relevantes os apoios que permitam transições tão suaves quanto possível quando ocorrer o fim das medidas públicas de apoio à economia, assegurando simultaneamente a continuação da trajetória descendente do rácio da dívida pública/PIB.

Por sua vez, e especificamente ao nível do sistema bancário, o Banco Central Europeu (BCE) destacou que a evolução favorável do rácio de NPL do setor em 2021, por via da redução do stock, poderá ser alterada com os impactos da pandemia, que podem ainda não se ter feito sentir integralmente, com a sua magnitude a depender principalmente da qualidade da recuperação económica.

A interrupção desta recuperação dos NPL poderá ser forçada pelo surgimento de novas variantes ou de uma eventual subida pronunciada das taxas de juro, nomeadamente nos segmentos onde as taxas de esforço e os rácios LTV são mais elevados, podendo conduzir a uma inversão da trajetória das imparidades em 2022.

O cenário de subida de taxas de juros poderá aportar alguns riscos adicionais, como a desvalorização dos títulos de dívida pública em balanço nos bancos, contabilizados ao justo valor, especialmente aqueles cujos emitentes apresentam uma notação de crédito menos favorável, contribuir para a materialização do risco de desvalorização dos ativos imobiliários em alguns mercados cuja subida dos preços foi mais suportada no recurso ao crédito e ainda contribuir para o aumento do risco de crédito. Estes fatores poderão, no entanto, ser em parte compensados pela maior facilidade em gerar margem financeira.

Estarão ainda em destaque os riscos relacionados com fatores ambientais, sociais e de governança (ESG), nomeadamente os desafios trazidos pela aplicação da nova regulamentação europeia nesta área, assim como o risco de ciberataques. Também a instabilidade geopolítica em algumas zonas do mundo, nomeadamente no leste da Europa, poderá impactar o sistema bancário, quer seja por via da deterioração das exposições diretas a essas geografias, quer seja por via indireta, através de mudanças na política monetária. O fim da flexibilização dos requisitos de capital, no início de 2023, que havia sido implementada para mitigar impactos da pandemia no sistema bancário poderá trazer alguns desafios aos bancos, apesar da robustez de capital do setor, e sua resiliência, demonstradas em 2020 e 2021.

Evolução da Atividade

A adaptação do *modus operandi* da empresa após um primeiro ano de pandemia, determinou a ausência de dificuldades de relevo na evolução operacional ao longo de 2021, não obstante se ter mantido uma situação de teletrabalho durante todo o período, com caráter rotativo, sempre que possível.

O Orçamento de Estado para 2021 voltou ainda a ditar o prolongamento da possibilidade de reembolso dos PPR, para atender a situações relacionadas com a pandemia, tais como as situações de *layoff*, isolamento profilático ou assistência a filhos e netos, que se manteve até ao final de setembro, mas sem um impacto relevante no montante de reembolsos processado.

A 23 de julho de 2020 tinha sido publicado o novo Regime Jurídico da constituição e funcionamento dos Fundos de Pensões e das respetivas entidades gestoras (Lei 27/2020).

A adaptação a este novo enquadramento legal teve ainda início no ano transato mas prolongou-se em 2021, com especial impacto até ao final do primeiro semestre, envolvendo a atualização de todos os contratos existentes com clientes institucionais, dos Regulamentos de Gestão e Documentos Informativos para todos os Fundos Abertos, bem como a reestruturação de outros elementos relativos aos deveres de informação para com Participantes potenciais, Participantes efetivos e Beneficiários.

Houve ainda necessidade de elaboração de diversas políticas, de que se destacam as que se relacionam diretamente com a distribuição de fundos abertos: a Política de Conceção e Aprovação, Política de Distribuição e a Política de Tratamento de Associados, Contribuintes, Participantes e Beneficiários e, em consonância, foi revisitado o tema da definição do mercado alvo para cada fundo aberto.

A aplicação efetiva do Regulamento comunitário relativo à sustentabilidade nos serviços financeiros (Regulamento 2019/2088, vulgarmente conhecido como SFDR-Sustainable Finance Disclosure Regulation) a partir de 10 de março de 2021 impôs a consideração de novos fatores no âmbito da definição da estratégia de investimento adotada pela Futuro. Trata-se dos fatores climáticos, ambientais, sociais e de governação, habitualmente designados sob a sigla ESG. O processo de adoção requereu a definição de uma Política de Sustentabilidade, articulada com a Declaração sobre o impacto negativo das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade, Política de Exercício de Direitos de Voto e Política de Envolvimento que, conjugadamente, definem as orientações a seguir, encontrando-se todas publicadas no site da Futuro (www.futuro-sa.pt\Princípios e Regras).

Os princípios estabelecidos foram igualmente vertidos nos diversos documentos que são exigidos no âmbito dos deveres de informação, que incluíram: a publicação de uma Declaração de Princípios da Política de Investimento para cada Fundo de Pensões sob gestão, bem como referência aos princípios definidos na informação pré-contratual disponibilizada aos Participantes de adesões individuais a Fundos de Pensões Abertos e ainda na informação destinada aos Participantes e Beneficiários de Planos de Pensões de Empresas.

A consideração dos fatores de sustentabilidade no processo de investimento requereu igualmente uma articulação direta com os diversos gestores de ativos subcontratados, procurando-se, numa primeira fase, dar cumprimento ao disposto no artigo 6º do Regulamento SFDR atrás citado, ou seja, assegurando uma adoção gradual dos fatores ESG no processo de investimento.

A nível comercial, o Plano de Marketing delineado para 2021 foi cumprido, tendo-se realizado as campanhas previstas e que se apresentam abaixo em subcapítulo próprio. Apraz-nos salientar o excelente desempenho por parte dos comercializadores, destacando-se em particular o Banco Montepio e o Banco de Investimento Global, que permitiram um crescimento, sem precedentes, das contribuições para os Fundos Abertos e, em resultado dessa atuação, coadjuvada por rendibilidades muito favoráveis na generalidade das carteiras, o crescimento dos ativos dos fundos comercializados por aquelas entidades foi, respetivamente, de 8,3% e 40,8%.

A Futuro prosseguiu igualmente o seu esforço de angariação direta de clientes institucionais, tendo apresentado diversas propostas de gestão e passou a gerir os Planos de Pensões de três multinacionais renomeadas, a Pernod Ricard, a Marsh e a L'Oréal, tratando-se neste último caso de um fundo fechado. Um novo fundo PPR que já havia sido constituído em 2020 - PPR WEALTH - com o intuito de ser utilizado essencialmente no segmento de empresas, teve início de comercialização em 2021.

Não só pela angariação de novo negócio, como pelas rendibilidades alcançadas, o volume total de ativos sob gestão cresceu percentualmente ao mesmo nível do ano anterior (+6,2%) e novamente acima da média do mercado (4,66% ⁽¹⁾), determinando uma subida da quota de mercado de 7,95% para 8,06%, conforme ilustrado abaixo graficamente. Os ativos dos Fundos Fechados cresceram 1,1% e os dos Fundos Abertos 19%.

Do ponto de vista financeiro, os proveitos operacionais da Futuro registaram um crescimento de 20,6%. O resultado bruto do exercício ascendeu a 1.522.965€, em ligeira redução de 1,2% face ao ano anterior, mas situou-se novamente ao nível dos melhores anos do historial da empresa, tendo beneficiado ainda de uma mais-valia (valor bruto) de 480.416€, resultante da alienação de um imóvel. (O resultado do ano anterior havia igualmente sido positivamente influenciado pela anulação de uma provisão em 401.600€.)

O resultado líquido do ano foi de 1.208.799€, o que significa uma rendibilidade dos capitais próprios de 11,6% e uma rendibilidade do capital social de 47,1%, tendo-se registado um aumento do capital próprio de 15,6%, em resultado da não distribuição do resultado de 2020 – devido a restrições regulamentares associadas à pandemia – a que se adiciona um acréscimo de 206.688€ resultante dos ganhos atuariais e financeiros do plano de pensões da Futuro.

Indicadores financeiros - 2021

Resultado bruto	1.522.965€
Resultado líquido	1.208.799€
Rendibilidade dos capitais próprios	11,6%
Rendibilidade do capital social	47,1%

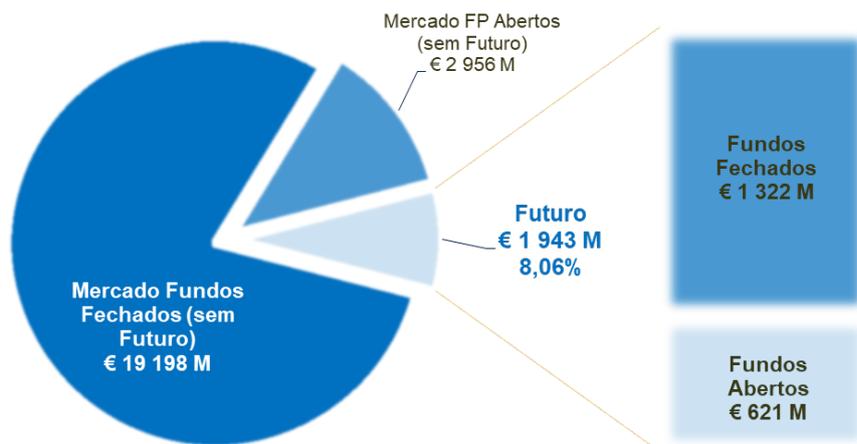
⁽¹⁾ De acordo com os dados anuais provisórios publicados pela ASF no seu site.

Margem de Solvência

O nível de capitais próprios tem permitido uma margem de solvência acima do mínimo exigível, terminando o ano em 145%.

Ao longo do ano, a Futuro manteve os seus excedentes de tesouraria aplicados em depósitos a prazo, num fundo de investimento imobiliário, em FIM de obrigações e num seguro de capitalização.

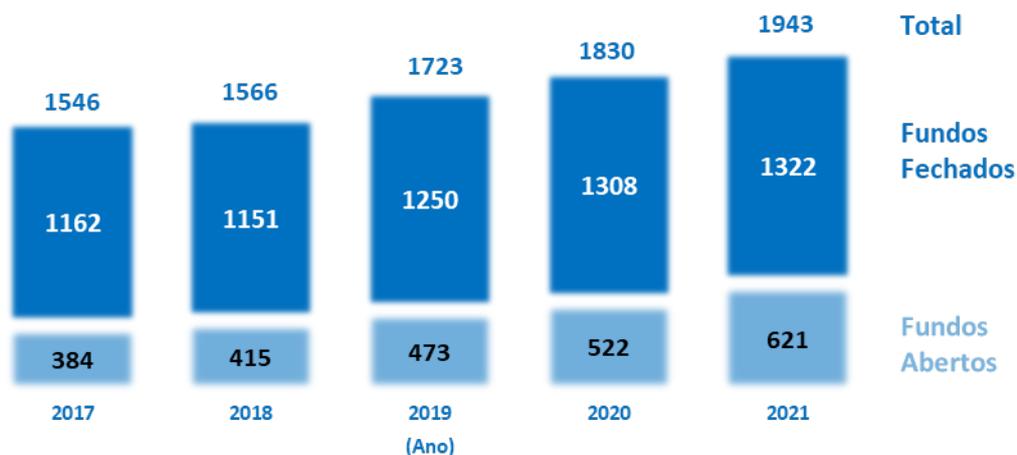
Quota de Mercado 2021



Fonte: ASF (Dados provisórios)
Não inclui Seguros de Vida PPR nem FIM PPR

Evolução dos Activos sob Gestão

(Milhões de Euros)



Ações de Marketing

Resumem-se em seguida as iniciativas de Marketing desenvolvidas ao longo de 2021, especificamente focadas no mercado de particulares.

Campanha 1.º trimestre - mensalidades “Com poupanças tudo parece Low-Cost”

A campanha das mensalidades teve dois objetivos precisos em 2021: a captação de novas subscrições com carácter mensal e fidelização de atuais clientes. Deu-se também início a uma estratégia de comunicação dirigida especificamente para a captação de novos clientes jovens, dos 18 aos 35 anos. O plano de comunicação nos meios incluiu publicidade digital, TV e rádio. O filme desta campanha recebeu o prémio Prata no Festival Internacional dos Prémios de criatividade Lusófona.



Campanha 2.º trimestre “Realize os seus planos”

Seguindo a estratégia de comunicação para captação de novos clientes 1.º PPR/PPA, junto de jovens dos 18 aos 35 anos, a Futuro manteve um benefício específico para este target e um outro benefício genérico para fomento de investimento a partir de 1.500€.



Campanha 3.º trimestre “Mais vida, mais futuro”

Procurando apostar numa comunicação positiva, centrada no bem-estar, não deixando de incentivar a poupança, através de subscrições livres, foram oferecidos ingressos em museus e parques temáticos à escolha do cliente: Museus da Marinha, Sea Life, no Porto e Zoomarine, no Algarve.



Campanha 4.º trimestre
“Se eu soubesse o que sei hoje faria tudo igual”

Esta campanha foi projetada com o objetivo de sensibilizar as pessoas para a importância de poupar para a reforma. O racional da campanha foi construído em torno da vida real de três personagens representativas do público alvo.

O plano de meios incluiu publicidade digital, rádio, TV e salas de cinema.



www.instagram.com/futuro.sa

Instagram Acompanhando a evolução e crescente utilização das redes sociais, a Futuro lançou o seu **Instagram** em 30/06/2021, dia Mundial das redes sociais.

O objetivo é o de marcar presença num canal que se destina a um público mais jovem e, essencialmente através da imagem, ter uma dinâmica de comunicação interativa, apostando na literacia financeira e no despertar para o tema da poupança, desmistificando a ideia de que um PPR é só para pessoas com mais idade...



A Futuro apoia as modalidades de Surf, Longboard e Bodyboard do GDEP (Grupo Desportivo do Estoril Praia), incluindo um apoio direto à surfista profissional Carolina Mendes. No site da Futuro e no Instagram foram realizadas ações de divulgação com vários Posts e vídeos alusivos a esta iniciativa, que teve como principal objetivo também envolver o público mais jovem.

Responsabilidade Social

A Futuro tem procurado anualmente dar o seu contributo para a sociedade, apoiando sobretudo iniciativas orientadas para a proteção e desenvolvimento dos mais jovens.

Em 2021, o nosso apoio foi destinado às seguintes instituições:

Acreditar-Associação de Pais e Amigos de Crianças com cancro

A ACREDITAR nasceu em 1994 e é uma rede de partilha e apoio feita de crianças, jovens, pais e amigos, procurando acompanhar em todos os momentos da doença. Nas Casas da Acreditar, nos hospitais ou no domicílio, o apoio desdobra-se nos planos emocional, logístico, social ou outro que as famílias necessitem.

AHT-Associação Hípica Terapêutica

A AHT é uma Instituição Particular de Solidariedade Social cujo objetivo é desenvolver as capacidades de crianças e jovens com deficiências físicas e mentais através da equitação terapêutica e hipoterapia, contribuindo para melhorar a sua qualidade de vida e a sua integração na sociedade.

Aprender em Parceria A PAR

A Futuro apoiou a edição de novo livro de leitura e entretenimento destinado a crianças, no âmbito do projeto Cantar Juntos pelo Mundo.

A Associação Aprender em Parceria – A PAR é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, de utilidade pública, constituída em 2007. A Associação tem como missão criar oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem para crianças dos 0 aos 6 anos, através de um trabalho de estreita parceria com pais, apoiando-os como primeiros e mais importantes educadores. Contribui para a saúde, o bem-estar, a criatividade e o desenvolvimento integral das comunidades

Clube de Badminton de Tires

Este clube tem primado pela projeção do Badminton junto das camadas jovens, auxiliando no desenvolvimento de atletas com potencial de alta competição, destacando-se o caso de uma atleta de Parabadminton que se qualificou para os jogos olímpicos de Tóquio 2020, realizados em 2021, onde obteve um Diploma Paralímpico por se ter classificado em 5º lugar. Alcançaram diversos títulos nacionais na época 2020/2021, entre os quais a prova de pares senhoras Sub-19, pares mistos Sub-19, pares homens categoria D (sénior) e singulares senhoras categoria C (sénior). Desde o início do apoio da FUTURO, SA. (2014), obtiveram 34 títulos de campeões e vice-campeões nacionais (individuais e por equipas) e 12 pódios internacionais, dos quais 4 foram medalhas Paralímpicas.

Fundação A.J.U. - Jerónimo Usera

A Fundação AJU - Jerónimo Usera é uma IPSS ao serviço das comunidades mais vulneráveis do Concelho de Cascais.

Através de um trabalho de proximidade centrado sobre a pessoa humana e a família, desenvolve projetos que dão resposta aos desafios das famílias ao longo de todo o ciclo de vida. A Fundação intervém junto de mais de 1000 pessoas na reconstrução dos seus projetos de vida, dando-lhes novos modelos e oportunidades.

Grupo Desportivo Estoril Praia (GDEP)

A Futuro continuou a apoiar, durante 2021, as modalidades de Surf e Bodyboard do Estoril Praia (GDEP), conforme já referido no capítulo anterior.

Meios Humanos e Materiais**Recursos Humanos**

Em 2021, face à persistência da pandemia, foi mantido o regime de teletrabalho na Empresa, tendo sido dado cumprimento à obrigatoriedade deste regime nas áreas em que tal se revelou possível, e que correspondeu a cerca de 90% dos colaboradores.

Foram mantidas as medidas com vista a minimizar a exposição dos trabalhadores a potenciais riscos de contágio, reforçando-se a higienização e limpeza das instalações.

A Futuro encerrou o ano de 2021 com um quadro de pessoal de 35 profissionais, tendo sido admitida uma nova colaboradora em outubro para a Área de Marketing e Clientes Particulares e um colaborador em novembro para a Área de Contabilidade-Fundos.

Infraestruturas

Prosseguiram em 2021 alguns projetos informáticos tendentes a melhorar processos de trabalho, designadamente a adoção de um novo programa de gestão de participantes, tendo-se assegurado a migração de uma parte significativa da informação até ao final do ano.

Face ao contexto de pandemia, manteve-se a operacionalidade dos procedimentos e meios necessários para assegurar a continuidade da atividade em regime de trabalho remoto, durante grande parte do ano.

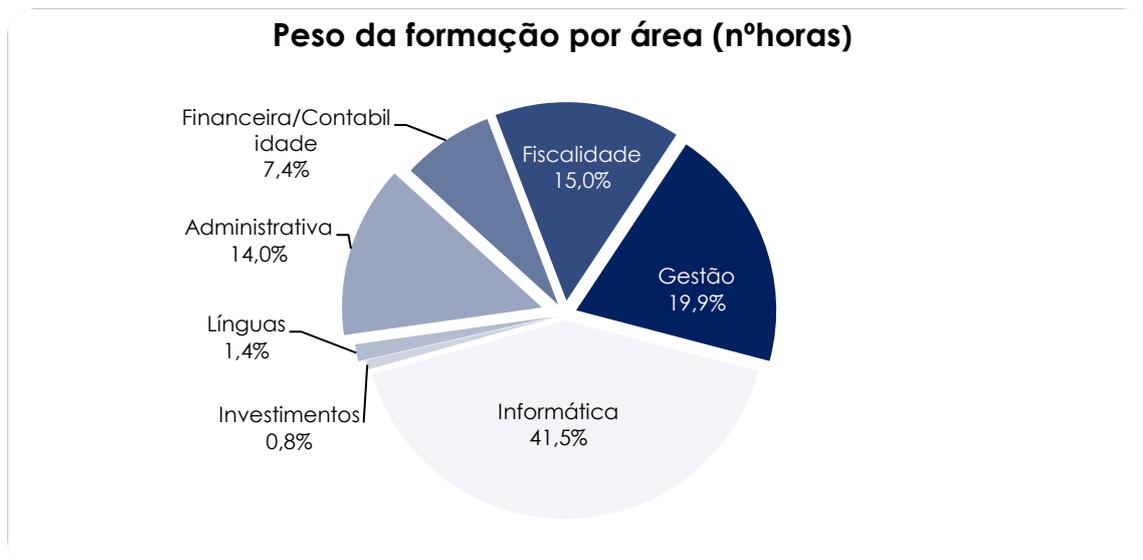
Com o objetivo de acompanhar a evolução tecnológica dos sistemas operativos e aplicações, foi concretizada a troca integral do parque informático da empresa melhorando substancialmente o tempo e qualidade de resposta dos equipamentos, contribuindo para um acréscimo de produtividade.

Formação

A formação profissional dos Colaboradores foi planificada de forma a garantir uma adequada preparação e requalificação permanente, contribuindo assim para a manutenção do elevado padrão de serviço prestado pela Futuro.

As sessões formativas realizaram-se maioritariamente online e envolveram praticamente a totalidade dos colaboradores da empresa, atingindo-se cerca de 1141 horas formativas. Procuraram-se reforçar, em particular, competências na área de Informática, na ótica do utilizador, Gestão, Direito/Fiscalidade e componente Administrativa,

Considerando os diversos temas abordados, a distribuição das horas de formação realizadas durante o ano foi a seguinte (contabilizando o número de horas de formação): Informática - 41,5%, Gestão - 19,9%, Fiscalidade - 15,0%; Administrativa - 14,0%, Financeira/Contabilidade - 7,4%, Línguas - 1,4% e Investimentos - 0,8%.



No âmbito do Sistema Integrado de Gestão, é analisada e avaliada a utilidade e eficácia das ações de formação, bem como a qualidade das empresas formadoras e o seu contributo para o cumprimento de objetivos e melhoria de competências.

Plano de Pensões dos Colaboradores da Futuro

A Futuro tem um Plano de Pensões complementar do regime público de Segurança Social e independente das pensões atribuídas por esse regime. É garantido um complemento de reforma aos Colaboradores que, à data de reforma, estejam ao serviço da Empresa e reúnam os requisitos de exigibilidade definidos no Plano de Pensões.

Existem também direitos adquiridos ao abrigo deste plano de pensões. A Sociedade Gestora tem cumprido com as contribuições necessárias para a Adesão Coletiva da Futuro ao Fundo de Pensões VIVA, estando as responsabilidades totalmente financiadas (101,6% em 31/12/2021).

Em 2021, a subida da taxa de desconto, bem como a boa rentabilidade alcançada permitiram um total de ganhos atuariais e financeiros muito favorável, que ascenderam a mais de duzentos mil euros.

Sistema Integrado de Gestão

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Futuro junta ao cumprimento dos requisitos da ISO 9001:2015, a conformidade com a Norma 8/2009 (SGRCI) da ASF e com as normas GIPS. O sistema evidencia níveis elevados de integração e métodos consistentes de identificação de riscos a que a entidade gestora e os fundos de pensões geridos se encontram expostos, os quais estão em consonância com o exigido na Norma ISO 9001:2015, tendo sido efetuada a habitual auditoria de acompanhamento com "Zero Não Conformidades".

A conformidade com a norma ISO 9001:2015 foi atestada pela APCER, com emissão do "Certificado de Conformidade" e do "Certificado IQnet- International Certification Network". A Certificação é válida até maio de 2024 e foi obtida em outubro de 2001, cobrindo todas as áreas de atuação da Futuro: conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de fundos de pensões abertos e fechados.

A Certificação da Qualidade tem concorrido para a satisfação dos Clientes dos Fundos de Pensões da Futuro, facto que é reconhecido pela confiança de importantes empresas e de dezenas de milhar de participantes individuais que têm confiado à Futuro a gestão das suas poupanças para a reforma.

GIPS Compliance

Desde 2013 a Futuro viu reconhecida a conformidade com as Normas *GIPS - Global Investment Performance Standards*², as quais exigem o cumprimento de um conjunto de princípios padronizados e internacionalmente aceites na avaliação das rendibilidades dos Fundos sob gestão.

Governo Societário

Em 2021, ano de eleição dos novos Órgãos Sociais, a Futuro passou a contar com dois Administradores Executivos, dando resposta às novas exigências do regime jurídico dos fundos de pensões e respetivas sociedades gestoras.

Manteve-se em funcionamento o Conselho Fiscal, com a mesma composição anterior.

Face à limitação temporal do mandato dos auditores financeiros, foi contratada como nova empresa de auditoria a BDO, para o triénio 2021-2023, passando o Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias a ser o Revisor Oficial de Contas da Sociedade e dos Fundos geridos, igualmente em representação da BDO & Associados, SROC.

Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno

Em conformidade com a legislação em vigor, a Futuro possui uma estrutura organizacional bem definida e ajustada ao desenvolvimento da atividade, incluindo o controlo interno e a gestão do risco.

O sistema de controlo interno da entidade gestora assenta num sistema de gestão de riscos, bem como em atividades de controlo e procedimentos de monitorização apropriados e claramente definidos, e que se encontram suportados pela documentação do Sistema Integrado de Gestão, devidamente suportado pela APCER ao abrigo da ISO 9001-2015.

A gestão de risco é um processo contínuo e tem como objetivo a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo de todos os riscos materiais a que a entidade gestora e os fundos de pensões por si geridos se encontram expostos.

A função de Auditoria Interna assegura a necessária independência no cumprimento da sua função-chave no sistema de controlo interno. Relativamente ao exercício de 2021, foi verificado o cumprimento e validada a eficácia do sistema e seus controlos, visando a melhoria contínua da atividade e a mitigação dos seus riscos.

A função de *Compliance*, desenvolvida pela Área de Risco e *Compliance* da Futuro, assegura o cumprimento dos deveres e obrigações legais e procede à análise do impacto de alterações legais na atividade da instituição. Neste âmbito, foram acompanhados os diversos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, sendo emitidas recomendações sempre que oportuno, no sentido de tomar medidas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências no respetivo cumprimento, de modo a assegurar robustez e segurança na atividade desenvolvida.

² Para receber a lista descritiva dos vários Compósitos da Futuro, pode contactar-nos através do número de telefone (+351) 210 416 005 ou através do endereço eletrónico geral@futuro-sa.pt.

Riscos associados à atividade da Entidade Gestora

O comportamento dos mercados financeiros favoreceu as rendibilidades das carteiras sob gestão que incluem uma componente relevante em ações. As carteiras com reduzida exposição a ações foram negativamente afetadas pela subida das taxas de juro ao longo do ano, com reflexo negativo na valorização da componente de obrigações.

Não obstante, o risco decorrente da garantia de capital existente em relação a alguns fundos manteve-se devidamente salvaguardado quer pela provisão constituída especificamente para sua cobertura parcial, quer por um elevado nível de capital próprio que tem assegurado o cumprimento dos requisitos de solvência da Empresa.

No que respeita a alterações de legislação com impacto na atividade, prosseguiu-se a implementação do novo regime jurídico dos fundos de pensões, conforme já referido no capítulo sobre a “Evolução da Atividade”, designadamente com definição e revisão das políticas que devem reger o sistema de governo e a distribuição de produtos.

Em alinhamento com o código de conduta da instituição que preside ao Grupo Montepio – a Associação Mutualista Montepio Geral – a Futuro reformulou e adotou um novo código de conduta, mais detalhado e ajustado aos princípios seguidos pelo seu acionista maioritário, visando reforçar e alinhar a cultura institucional com os valores e as especificidades do Grupo.

Risco dos Fundos Geridos

Os procedimentos adotados relativos à gestão de risco permitem delimitar com rigor o nível de risco aceitável para cada Fundo, tendo em consideração a respetiva política de investimentos estabelecida.

Ao longo do ano, através das suas reuniões mensais, o Comité de Investimentos da Futuro teve a oportunidade de se ir pronunciando sobre a estratégia delineada e ajustamentos que se foram revelando necessários, em função da evolução global dos mercados financeiros e, em particular, das taxas de juro.

Além da intervenção deste Órgão, as carteiras de ativos foram permanentemente monitorizadas, assegurando o cumprimento dos requisitos legais e contratuais.

Perspetivas para a Sociedade

No início de 2022, o cenário macroeconómico mantinha-se dominado pela inflação persistente, tendência de subida de taxas de juro, alívio da situação pandémica no mundo ocidental e perspetivas de redução dos estímulos monetários.

Contudo, muito recentemente, a Europa viu-se confrontada com a escalada de um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, que já determinou uma situação de fuga em massa da população ucraniana para outros países europeus e pesadas sanções económicas sobre a Rússia. Esta situação ameaça transtornar severamente o equilíbrio geopolítico entre a Rússia e o mundo ocidental e, em consequência, a evolução macroeconómica, tendo em conta as implicações resultantes, nomeadamente no que se refere ao abastecimento de combustíveis e cereais à Europa.

Por conseguinte, o momento é de total incerteza e mesmo admitindo que o conflito termine em breve, permanecerão decerto impactos macroeconómicos que não se desvanecerão de imediato e o relacionamento político internacional com a Rússia desenrolar-se-á num patamar completamente diferente.

Fora esta situação, as perspetivas de negócio para a Futuro mantêm-se positivas, face ao volume de ativos sob gestão já alcançado.

Contudo, está em curso a renegociação de contratos com importantes parceiros, que poderão ter alguma implicação financeira.

Não obstante, o relacionamento com todos os clientes mantém-se suportado numa relação de confiança estável, o mesmo sucedendo com os distribuidores, designadamente com a definição de objetivos ambiciosos, mas perfeitamente exequíveis.

No que se refere à componente de gestão das carteiras, a Futuro irá prosseguir o seu trabalho de adaptação aos Regulamentos relativos às Finanças sustentáveis, no sentido de cada vez mais impregnar os fatores ESG no seu processo de investimento, também em parceria com os gestores de ativos subcontratados, o que constituirá mais um passo de evolução na atividade e que se espera contribua igualmente para a consolidação da competitividade da empresa no mercado de fundos de pensões.

Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado bruto apurado no exercício foi de 1.522.965,09€ e o líquido resultante de 1.208.799,38€, a que corresponde uma rentabilidade do capital próprio de 11,6% e uma rentabilidade do capital social de 47,1%.

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Distribuição de dividendos: 1.155.060€ (2,25€/ação);
- Transferência para outras reservas 53.739,38€.

Nota final

Em mais um ano inteiramente afetado pela pandemia, é reconhecida a resiliência de todos os Colaboradores e quadro Diretivo da Futuro, que contribuíram para mais um ano bem-sucedido, assegurando o bom andamento das operações e do negócio nas circunstâncias adversas que todos conhecemos.

O Conselho de Administração não quer deixar assim de enaltecer o empenho e espírito de equipa de todos.

Às entidades que igualmente contribuem para o bom funcionamento e desenvolvimento do setor em que a Futuro se enquadra e àquelas que, de forma direta, suportam o crescimento do negócio e a angariação de clientes, fica uma palavra de agradecimento. São elas:

- O Banco Montepio, na qualidade de Banco Depositário e de entidade comercializadora dos Fundos Abertos geridos pela Sociedade;
- A Montepio Gestão de Activos, enquanto responsável pela gestão direta de ativos;
- A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)
- A APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios;
- O Senhor Provedor dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões, Dr. Francisco de Medeiros Cordeiro;
- Os parceiros e mediadores que têm contribuído para a angariação de novos negócios.

Pela colaboração prestada na gestão corrente da Empresa, fica igualmente uma palavra de agradecimento aos:

- Membros da Assembleia Geral
- Membros do Conselho Fiscal
- Membros da Comissão de Vencimentos e da Comissão de Avaliação

Lisboa, 24 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração

Presidente: Virgílio Manuel Boavista Lima
Administradores Executivos: José Luís Esparteiro da Silva Leitão
Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto
Vogal: José Mendes Alfaia
Vogal: João António Morais da Costa Pinto

Demonstrações Financeiras



Balanço

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Unidade: Euro

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	122 890	105 750
Propriedades de investimento	8	-	299 324
Ativos intangíveis	9	76 387	113 152
Outros investimentos financeiros	10	2 361	1 410
Ativos por impostos diferidos	11	53 338	5 265
		254 976	524 901
Ativo corrente			
Clientes	12	2 127 797	1 591 030
Outros créditos a receber	14	113 671	37 394
Diferimentos	15	95 616	22 445
Ativos financeiros detidos para negociação	16	6 865 907	6 900 199
Caixa e depósitos bancários	5	3 663 079	2 027 292
		12 866 070	10 578 360
Total do ativo		13 121 046	11 103 261
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	17	2 566 800	2 566 800
Reservas legais	18	513 360	513 360
Outras reservas	19	6 703 953	5 524 982
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	19	-528 066	-734 754
Resultado Líquido do período		1 208 799	1 178 971
Total do capital próprio		10 464 846	9 049 359
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	21	237 058	23 400
		237 058	23 400
Passivo corrente			
Fornecedores	22	85 619	293 948
Estado e outros entes públicos	13	321 420	187 480
Outras dívidas a pagar	23	2 012 103	1 549 074
		2 419 142	2 030 502
Total do passivo		2 656 200	2 053 902
Total do capital próprio e do passivo		13 121 046	11 103 261

Lisboa, 24 de fevereiro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Unidade: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	24	9 769 894	8 104 210
Fornecimentos e serviços externos	25	(3 659 563)	(2 535 015)
Gastos com o pessoal	26	(2 172 759)	(1 954 380)
Provisões (aumentos/reduções)	27	(213 658)	401 600
Aumentos / reduções de justo valor	28	(31 236)	2 737
Outros rendimentos	29	517 316	82 144
Outros gastos	30	(2 698 217)	(2 394 840)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 511 777	1 706 457
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31	(65 626)	(248 182)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 446 151	1 458 274
Juros e rendimentos similares obtidos	32	76 814	82 486
Resultado antes de impostos		1 522 965	1 540 760
Imposto sobre o rendimento do período	11	(314 166)	(361 789)
Resultado líquido do período		1 208 799	1 178 971
Resultado por ação básico		2,35	2,30

Lisboa, 24 de fevereiro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Unidade: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2020	1	2 566 800	-	-	-	513 360	4 170 063	-	-	(525 008)	3 151 680	9 876 894	-	9 876 894
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	-	-	(209 746)	(209 746)	-	(209 746)	
	2	-	-	-	-	-	-	-	-	(209 746)	-	(209 746)	-	(209 746)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										1 178 971	1 178 971	-	1 178 971
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										1 178 971	969 225	-	969 225
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Distribuições	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 796 760)	(1 796 760)	-	(1 796 760)
Outras operações	5	-	-	-	-	-	1 354 919	-	-	-	(1 354 919)	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	1 354 919	-	-	-	(3 151 679)	(1 796 760)	-	(1 796 760)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2020	6=1+2+3+5	2 566 800	-	-	-	513 360	5 524 982	-	-	(734 754)	1 178 971	9 049 359	-	9 049 359
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	-	-	206 688	206 688	-	206 688	
	7	-	-	-	-	-	-	-	-	206 688	-	206 688	-	206 688
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										1 208 799	1 208 799	-	1 208 799
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										1 208 799	1 415 487	-	1 415 487
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Distribuições	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	10	-	-	-	-	-	1 178 971	-	-	-	(1 178 971)	-	-	-
	10	-	-	-	-	-	1 178 971	-	-	-	(1 178 971)	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2021	11=6+7+8+10	2 566 800	-	-	-	513 360	6 703 953	-	-	(528 066)	1 208 799	10 464 846	-	10 464 846

Lisboa, 24 de fevereiro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Unidade: Euro

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	9 601 487	8 551 970
Pagamentos a fornecedores	(6 198 729)	(4 483 663)
Pagamentos ao pessoal	(965 953)	(879 228)
Caixa gerada pelas operações	2 436 805	3 189 079
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(247 840)	(275 761)
Outros recebimentos/pagamentos	(1 366 511)	(1 479 142)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	822 454	1 434 176
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(39 282)	(3 737)
Ativos intangíveis	(2 228)	(107 142)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	63 000	67 500
Outros ativos	-	23 256
Propriedades de investimento	775 000	-
Juros e rendimentos similares	16 843	15 564
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	813 333	(4 559)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos	-	(1 796 760)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-	(1 796 760)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1 635 787	(367 143)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 027 292	2 394 435
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 663 079	2 027 292

Lisboa, 24 de fevereiro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo às Demonstrações Financeiras



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euro)

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Futuro" ou "Sociedade") é uma Sociedade Anónima, com sede na Rua do Carmo nº 42, 6º piso - Lisboa, constituída por escritura de 14 de janeiro de 1988 e que tem por objeto social a instituição, administração, gestão e representação de Fundos de Pensões.

A Sociedade é detida pelas seguintes entidades:

Entidade	Sede Social
Montepio Seguros SGPS, S.A.	Rua de São Domingos à Lapa, 35 1249-130 LISBOA
Fundação Oriente	Edifício Pedro Álvares Cabral - Docca de Alcântara Norte 1350-352 LISBOA
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 LISBOA
NAV PORTUGAL, E.P.E.	Rua D - Edifício 121 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	Rua D - Edifício 120 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de Fundos de Pensões, a Futuro encontra-se sujeita à supervisão da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões).

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos:

Fundos Fechados:

- Fundo de Pensões Fundação Oriente
- Fundo de Pensões Montepio Geral
- Fundo de Pensões NAV - E.P. Complementos
- Fundo de Pensões NAV - E.P.E. SINCTA
- Fundo de Pensões NAV - SINCTA – Plano CD
- Fundo de Pensões Santa Casa Misericórdia de Lisboa em cogestão com CGD Pensões e SGF
- Fundo de Pensões Pinto Basto Comercial e Empresas coligadas
- Fundo de Pensões Vista Alegre
- Fundo de Pensões RUBIS A
- Fundo de Pensões RUBIS B
- Fundo de Pensões Arlúquido
- Fundo de Pensões Xerox
- Fundo de Pensões Montepio Geral - Associação Mutualista
- Fundo de Pensões CMVM
- Fundo de Pensões L'OREAL PORTUGAL (a gestão iniciou-se em 2021)

Fundos Abertos:

- Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas
- Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro
- Fundo de Pensões Viva
- Fundo de Pensões Futuro Clássico
- Fundo de Pensões PPA Acção Futuro
- Fundo de Pensões PPR Geração Activa
- Fundo de Pensões Futuro XXI
- Fundo de Pensões Futuro Activo
- Fundo de Pensões Futuro Life
- Fundo de Pensões PPR BIG Big Acções Alpha
- Fundo de Pensões PPR BIG Taxa Plus
- Fundo de Pensões PPR BIG Obrigações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR BIG Acções Equilibrado
- Fundo de Pensões PPR BIG Conservador
- Fundo de Pensões PPR BIG Moderado

- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Equilibrado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Moderado
- Fundo de Pensões PPR Premium Aforro
- Fundo de Pensões PPR Premium Moderado
- Fundo de Pensões Futuro Plus
- Fundo de Pensões Corporate Moderado
- Fundo de Pensões Corporate Dinâmico
- Fundo de Pensões Corporate Crescimento
- Fundo de Pensões PPR Premium Dinâmico Ações
- Fundo de Pensões Aberto BK Dinâmico
- Fundo de Pensões Aberto BK Moderado
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Dinâmico
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR WEALTH (a gestão iniciou-se em 2021)

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro ("NCFR"), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021 e na informação comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Nota 3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

Nota 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos ao justo valor através de resultados.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 nas Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 - 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Propriedades de Investimento

A Sociedade classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

c) Ativos fixos intangíveis

A Sociedade reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Sociedade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

	Anos
Programas de computador	3
Outros ativos intangíveis	3

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

d) Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

e) Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros;e,
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevantes contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2015 e 2016 e 2020 e 2021 é de 12 anos. Para os períodos de tributação de 2017 a 2019, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O limite referido no ponto anterior é aumentado para 80% relativamente aos prejuízos fiscais apurados no período de tributação de 2020 e 2021.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

A Sociedade procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Sociedade:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e,
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

f) Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante).

h) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

j) Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego – Plano de benefício definido

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, a Sociedade aderiu ao Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

O plano de pensões existente na Sociedade corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define o critério de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade líquida da Sociedade relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada

colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O rendimento/gasto de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o rendimento/gasto líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio.

A Sociedade reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o rendimento/gasto líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O rendimento/gasto líquido com o plano de pensões é reconhecido em resultados consoante a sua natureza.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo atuário da Futuro designado para o efeito.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

m) Rédito/Prestação de Serviços (Comissões)

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e,
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados com as prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos de Pensões que administra são remunerados sob a forma de comissões, reconhecidas na rubrica Prestações de serviços da demonstração de resultados. As principais comissões cobradas pela Sociedade são as que a seguir se descrevem:

i) Comissão de administração

A Comissão de administração corresponde à remuneração da Sociedade pela administração corrente dos Fundos Fechados, nomeadamente pelo processamento contabilístico, verificação e pagamento das pensões e outras funções relacionadas com serviços de gestão corrente.

Esta comissão é calculada por aplicação de uma taxa definida nos respetivos contratos de gestão que incide sobre o valor das contribuições efetuadas para os Fundos, sendo cobrada e reconhecida aquando da realização das referidas contribuições.

ii) Comissão de gestão

A Comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão financeira e atuarial dos Fundos Fechados e Abertos.

Esta comissão é calculada periodicamente, por norma trimestralmente, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos e contratos de gestão que incide sobre o património líquido dos Fundos.

iii) Comissão de excesso de rendibilidade

A Comissão de excesso de rendibilidade corresponde à remuneração da *performance* financeira que a Sociedade obtém na gestão de Fundos Fechados, sendo calculada por aplicação de um coeficiente, definido nos respetivos contratos de gestão, ao excesso de rendibilidade apurado face à rendibilidade de referência (igualmente definida nos contratos de gestão). Esta comissão é apurada periodicamente, por norma semestralmente, e incide sobre o valor patrimonial do Fundo Fechado.

iv) Comissões cobradas aos subscritores - Fundos Abertos

Comissão de reembolso

Em 31 de dezembro de 2009 e até 18 de abril de 2010, a comissão de reembolso definida para os Fundos Abertos era na generalidade 2%. A partir dessa data a comissão de reembolso passou a ser 0%, com as exceções do Fundo de Pensões Garantia de Futuro e Fundo de Pensões Futuro Plus, em que a comissão de reembolso é 0,5% e dos reembolsos antecipados dos Fundos Abertos em que a comissão ascende a 2%.

n) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

o) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 24 de fevereiro de 2022, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 40.

p) Instrumentos Financeiros

A Sociedade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo

• • •

2021 Relatório e Contas Futuro, SA

financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Sociedade designa, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas de imparidade;
- Ativos financeiros que a Sociedade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva menos qualquer perda por imparidade; ou,
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e,
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

A Sociedade optou por reconhecer, mensurar e divulgar os instrumentos financeiros de acordo com as normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002.)

q) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo

• • •

financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital, como sejam dividendos, são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Na data de aprovação das contas por parte do Órgão de Gestão, este não tem conhecimento de qualquer obrigação de entregar dinheiro ou qualquer outro ativo, por contrapartida destes instrumentos de capital. Informa-se, no entanto, que o Conselho de Administração irá propor à Assembleia-Geral a distribuição de um dividendo total de 1.155.060€, que caso venha a ser aprovado, constituirá um passivo, nessa data, por contrapartida da redução de capital próprio.

r) Comissões de comercialização

Correspondem às comissões devidas à Caixa Económica Montepio Geral e Mii Capital pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

Estas comissões encontram-se reconhecidas na rubrica Outros Gastos e perdas (Nota 30).

s) Descontos e Abatimentos em prestação de serviços

Corresponde a uma oferta de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos a Clientes que cumpram cumulativamente certas condições previstas no contrato de subscrição e que estão relacionadas nomeadamente com o tempo de permanência no Fundo.

A Sociedade regista o valor das ofertas de unidades de participação na rubrica Prestações de serviços – Descontos e abatimentos.

t) Garantia a Clientes

A Sociedade garante o valor do capital investido às subscrições efetuadas a partir de 9-6-2003, pelos participantes do Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro e garante o capital investido no Fundo FUTURO PLUS de 5 em 5 anos, em que a garantia foi verificada, pela primeira vez, no dia 31/10/2019 e, daí em diante, a 31 de outubro de cada ano.

u) Fundos de pensões sob gestão

A atividade da Sociedade, no que se refere à gestão contratada de Fundos de Pensões, encontra-se divulgada na nota 37. Os Ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), na Norma regulamentar n.º 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar n.º 9/2007-R de 28 de junho.

4.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assisir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Sociedade, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

A recente escalada do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia terá um forte impacto na economia global e nos mercados financeiros, com significativas repercussões noutros países.

Com a exceção do referido no parágrafo anterior, não se indiciam situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Sociedade.

4.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incerteza encontram-se detalhadas na nota 4.4.

NOTA 5 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	2021	2020
	Euro	Euro
Depósitos a prazo	1 500 000	1 500 000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2 162 579	526 792
Caixa	500	500
Caixa e depósitos bancários	<u>3 663 079</u>	<u>2 027 292</u>

As taxas de Juro dos depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2021 variaram entre 0,25% e 0,50% (2020: variava entre 0,10% e 0,50%).

A taxa de Juro dos depósitos à ordem existentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era nula.

NOTA 6 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o presente período a Sociedade não alterou políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas, não tendo igualmente efetuado o registo de erros.

NOTA 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são as seguintes:

Nota 7 - Ativos Fixos Tangíveis

	2021	2020
	Euro	Euro
Valor Bruto		
Equipamento básico	138 749	138 749
Equipamento administrativo	454 976	415 694
Património artístico	44 478	44 478
	<u>638 203</u>	<u>598 921</u>
Depreciações acumuladas e imparidade		
Depreciações do período	(22 142)	(15 296)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	(493 171)	(477 875)
	<u>(515 313)</u>	<u>(493 171)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>122 890</u>	<u>105 750</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2021 são analisados como segue:

	2021				
	Saldo em jan-21 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em dez-21 Euro
Valor bruto					
Equipamento básico	138 749	-	-	-	138 749
Equipamento administrativo	415 694	39 282	-	-	454 976
Património artístico	44 478	-	-	-	44 478
	<u>598 921</u>	<u>39 282</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>638 203</u>
Depreciações acumuladas e imparidade					
Equipamento básico	125 088	1 628	-	-	126 716
Equipamento administrativo	368 083	20 514	-	-	388 597
	<u>493 171</u>	<u>22 142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>515 313</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2020 são analisados como segue:

	2020				
	Saldo em jan-20	Aquisições	Alienações / Abates	Outros	Saldo em dez-20
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Valor bruto					
Equipamento básico	138 749	-	-	-	138 749
Equipamento administrativo	411 957	3 737	-	-	415 694
Património artístico	44 478	-	-	-	44 478
	<u>595 184</u>	<u>3 737</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>598 921</u>
	Saldo em jan-20	Depreciação do período	Imparidade do período	Alienações / Abates	Saldo em dez-20
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Depreciações acumuladas e imparidade					
Equipamento básico	123 335	1 753	-	-	125 088
Equipamento administrativo	354 540	13 543	-	-	368 083
	<u>477 875</u>	<u>15 296</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>493 171</u>

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos "Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração de Resultados por naturezas.

NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A Sociedade vendeu o único imóvel que detinha sito na Rua General Firmino Miguel nº 5 - 9º B em Lisboa, em agosto de 2021 pelo valor de 775.000€. Esta transação originou uma mais valia contabilística no valor de 480.415,56€.

NOTA 9 - ATIVOS INTANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	2021 Euro	2020 Euro
Valor Bruto		
Programas de computador	833 277	781 815
Outros ativos intangíveis	13 046	12 319
Ativos fixos intangíveis em curso	-	50 209
	<u>846 323</u>	<u>844 343</u>
Amortizações acumuladas e imparidade		
Amortizações do período	(38 744)	(224 760)
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	(731 191)	(506 431)
	<u>(769 935)</u>	<u>(731 191)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>76 387</u>	<u>113 152</u>

• • •

2021 Relatório e Contas Futuro, SA

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2021 são analisados como segue:

2021					
	Saldo em jan-21	Aquisições	Alienações / Abates	Outros	Saldo em dez-21
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Valor bruto					
Programas de computador	781 816	1 252	-	50 209	833 277
Outros ativos intangíveis	12 319	727	-	-	13 046
Ativos fixos intangíveis em curso	50 209	-	-	(50 209)	-
	<u>844 344</u>	<u>1 979</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>846 323</u>
	Saldo em jan-21	Amortização do período	Imparidade do período	Alienações / Abates	Saldo em dez-21
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Amortizações acumuladas e imparidade					
Programas de computador	718 872	38 017	-	-	756 889
Outros ativos intangíveis	12 319	727	-	-	13 046
	<u>731 191</u>	<u>38 744</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>769 935</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2020 são analisados como segue:

2020					
	Saldo em jan-20	Aquisições	Alienações / Abates	Outros	Saldo em dez-20
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Valor bruto					
Programas de computador	779 000	2 815	(178 448)	178 448	781 815
Outros ativos intangíveis	12 319	-	-	-	12 319
Ativos fixos intangíveis em curso	178 448	50 209	-	(178 448)	50 209
	<u>969 767</u>	<u>53 024</u>	<u>(178 448)</u>	<u>-</u>	<u>844 343</u>
	Saldo em jan-20	Amortização do período	Imparidade do período	Alienações / Abates	Saldo em dez-20
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Amortizações acumuladas e imparidade					
Programas de computador	672 979	224 341	(178 448)	-	718 872
Outros ativos intangíveis	11 900	419	-	-	12 319
	<u>684 879</u>	<u>224 760</u>	<u>(178 448)</u>	<u>-</u>	<u>731 191</u>

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos "Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração de Resultados por naturezas.

• • •

NOTA 10 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica Outros investimentos financeiros é analisada como segue:

2021					
	Saldo em jan-21	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em dez-21
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
F. Compensação Trabalho	1 410	951	-	-	2 361
	1 410	951	-	-	2 361

2020					
	Saldo em jan-20	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em dez-20
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
F. Compensação Trabalho	796	614	-	-	1 410
	796	614	-	-	1 410

NOTA 11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se sujeita ao Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e correspondente derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis, pelo que as declarações dos anos de 2018 a 2021 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão por parte da Administração Tributária.

Contudo, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Para além do imposto corrente, a Sociedade regista em resultados o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Imposto corrente	362 239	271 429
Impostos diferidos	(48 073)	90 360
	314 166	361 789

• • •

2021 Relatório e Contas Futuro, SA

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Total (b)	<u>22,5%</u>	<u>22,5%</u>

(a) Aplicáv el aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) Aplicáv el aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

A rubrica impostos diferidos é analisada como segue:

	<u>Activos por Impostos Diferidos</u>		<u>Passivos por Impostos Diferidos</u>		<u>Líquido</u>	
	<u>dez 2021</u>	<u>dez 2020</u>	<u>dez 2021</u>	<u>dez 2020</u>	<u>dez 2021</u>	<u>dez 2020</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Provisões / Imparidades						
Provisões não aceites fiscalmente	53 338	5 265	-	-	53 338	5 265
	<u>53 338</u>	<u>5 265</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>53 338</u>	<u>5 265</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2021 foi o seguinte:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ (Reversão) em Resultados</u>	<u>Saldo final</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Imposto diferido ativo			
Provisões não aceites fiscalmente	5 265	48 073	53 338
	<u>5 265</u>	<u>48 073</u>	<u>53 338</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2020 foi o seguinte:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ (Reversão) em Resultados</u>	<u>Saldo final</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Imposto diferido ativo			
Provisões não aceites fiscalmente	95 625	(90 360)	5 265
	<u>95 625</u>	<u>(90 360)</u>	<u>5 265</u>

• • •

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2021 e 2020 é analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Resultados antes de impostos	1 522 965	1 540 760
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	319 823	323 560
Diferenças permanentes		
Alienação de propriedades de investimento	(365 938)	-
Outras variações no capital próprio	206 688	-
Outros	-	14 041
Diferenças temporárias	-3 772	
Imparidades e provisões	213 658	(401 600)
Matéria coletável / Coleta	1 573 600	1 153 201
Imposto	329 456	241 172
Tributação autónoma	14 277	12 959
Derrama	23 604	17 298
Benefícios Fiscais	(7 306)	-
Derrama Estatual	2 208	-
Imposto corrente	362 239	271 429
Imposto diferido	(48 073)	90 360
Imposto sobre o Rendimento do Período	314 166	361 789
	<u>20,6%</u>	<u>23,5%</u>

NOTA 12 - CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Fundos de Pensões Fechados	1 596 856	1 134 295
Fundos de Pensões Abertos	530 941	456 735
	<u>2 127 797</u>	<u>1 591 030</u>

Esta rubrica regista o montante a receber dos Fundos de Pensões referente, essencialmente, a comissões de gestão relativas ao último trimestre dos exercícios de 2021 e 2020, conforme referido na política contabilística descrita na nota 4.2 m) ii).

NOTA 13 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica Estado e outros entes públicos a pagar é analisada como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>A pagar</u>	<u>A pagar</u>
	<u>Euro</u>	<u>Euro</u>
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
Estimativa imposto	139 088	46 540
Imposto de Selo	96 326	60 499
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	32 783	31 219
ASF - Aut. de Supervisão de Seg. e Fundos de Pensões	31 742	31 593
Contribuições para a Segurança Social	21 357	17 609
Outras Taxas	124	20
	<u>321 420</u>	<u>187 480</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) durante o exercício de 2021, foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(46 540)</u>
Pagamentos efetuados no exercício relativos ao exercício anterior	46 540
Insuficiência de estimativa para imposto	-
Pagamentos efetuados no exercício:	
- Pagamentos por conta do exercício	201 300
- Retenções na fonte	21 851
Dotação para imposto corrente sobre lucros	(362 239)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(139 088)</u>

A reconciliação da taxa de imposto encontra-se apresentada na Nota 11.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica ASF – Aut. de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões regista valores relativo à taxa para a ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), taxa cobrada por esta entidade aos Fundos de Pensões, aplicada sobre o valor das contribuições recebidas pelos Fundos durante o exercício. Em 2021 e em 2020, a taxa em vigor foi 0,048%.

Esta taxa é integralmente assumida pelos Fundos de Pensões, funcionando a Sociedade como agente pagador, fazendo a retenção da taxa ao Fundo no momento do recebimento das contribuições. A Sociedade regista o valor retido numa conta a pagar à ASF que liquida semestralmente.

NOTA 14 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica Outros créditos a receber é analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a Receber	1 882	1 854
Outros devedores e credores		
Benefícios pós-emprego	68 946	25 127
Outros Devedores	42 843	10 413
	<u>113 671</u>	<u>37 394</u>

A rubrica Outros devedores e credores – Benefícios pós-emprego regista o valor dos ativos líquidos reconhecidos em Balanço e que apresenta a diferença entre os ativos do fundo e as responsabilidades totais, conforme nota 33.

NOTA 15 - DIFERIMENTOS

A rubrica Diferimentos ativos é analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Diferimentos Ativos		
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A	87 871	14 700
Montepio Geral Associação Mutualista	7 633	7 633
Diversos	112	112
	<u>95 616</u>	<u>22 445</u>

NOTA 16 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica Ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Operação de Capitalização Rendimento Anual	4 539 730	4 542 786
F. Investimento Mobiliário - Montepio Taxa Fixa	986 948	1 009 926
F. Investimento Mobiliário - Montepio Obrigações	981 104	989 875
Fundo VIP	355 264	354 235
Novimovest	2 861	3 377
	<u>6 865 907</u>	<u>6 900 199</u>

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao justo valor, cujas alterações são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O justo valor da Operação de Capitalização Rendimento Anual foi determinado considerando as características do investimento, refletindo a taxa de desconto associada, às condições de mercado atuais.

Para os restantes ativos o justo valor foi determinado tendo por base a cotação de mercado com referência a 31 de dezembro de 2021.

NOTA 17 – CAPITAL SUBSCRITO

O capital social de 2.566.800€, representado por 513.360 ações ordinárias de valor nominal de 5€, encontra-se integralmente realizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A estrutura acionista da Sociedade em 31 de dezembro de 2021, é a seguinte:

	Número de ações	Capital Euro	%
Montepio Seguros SGPS, S.A.	394.128	1.970.640	76,78%
Fundação Oriente	53.100	265.500	10,34%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	26.190	130.950	5,10%
NAV PORTUGAL, E.P.E.	19.974	99.870	3,89%
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	19.968	99.840	3,89%
	<u>513.360</u>	<u>2.566.800</u>	<u>100,00%</u>

Relativamente ao exercício de 2021 não houve qualquer alteração da estrutura acionista face a 2020.

NOTA 18 – RESERVAS LEGAIS

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade, situação que se verifica com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

	2021	2020
	Euro	Euro
Reservas Legais	513 360	513 360
	<u>513 360</u>	<u>513 360</u>

NOTA 19 – OUTRAS RESERVAS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica Outras reservas e outras variações no capital próprio é apresentada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Outras Reservas	6 703 953	5 524 982
Outras Variações no capital próprio	(528 066)	(734 754)
	<u>6 175 887</u>	<u>4 790 228</u>

NOTA 20 – DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 25 de março de 2021, a Sociedade não procedeu em 2021 à distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2020.

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 22 de junho de 2020, a Sociedade procedeu em 2020 à distribuição de dividendos relativos aos resultados 2019 de 1.796.760,00€.

NOTA 21 – PROVISÕES

O detalhe das provisões reconhecidas é apresentado como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Riscos de investimentos	192 058	23 400
Outras provisões	45 000	-
	<u>237 058</u>	<u>23 400</u>

O movimento das provisões, é analisado como segue:

2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
	Euro	Euro	Euro	Euro
Riscos de Investimentos	23 400	168 658	-	192 058
Outras provisões	-	45 000	-	45 000
	<u>23 400</u>	<u>213 658</u>	<u>-</u>	<u>237 058</u>

2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
	Euro	Euro	Euro	Euro
Riscos de Investimentos	425 000	-	(401 600)	23 400
	<u>425 000</u>	<u>-</u>	<u>(401 600)</u>	<u>23 400</u>

A rubrica Riscos de investimentos, refere-se à responsabilidade com garantia de capital assegurada a alguns planos de Fundos de Pensões geridos pela Sociedade.

A rubrica Outras provisões corresponde a uma provisão para gastos com condomínio.

NOTA 22 – FORNECEDORES

A rubrica Fornecedores é analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Tempomedia-Agência de Meios Publicidade, S.A.	43 656	168 523
Longo Prazo - Consultores de Gestão	7 117	-
Condomínio Prédio Rua General Firmino Miguel, nº 5 9º B	5 894	3 720
IIRH - Instituto de Informação em Recursos Humanos	5 781	-
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	5 432	5 432
GPA - Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados	2 460	19 046
Editora RH, Lda.	2 153	-
Corvos & Caravelas, Lda.	1 845	-
FSO - F.S. Oliveira Consultores, Lda.	1 691	1 845
Cem Palavras Comunicação Empresarial, Lda.	1 230	1 230
CTT Correios de Portugal	1 144	6 232
Tema Central - Unipessoal, Lda.	1 107	-
E.A.D - Empresa de Arquivo e Documentação, S.A.	1 041	2 056
Samsic Portugal - Facility Services, SA	773	1 806
Luis Amaral Consultores Unipessoal, Lda.	738	2 460
OutSystems - Software em rede, S.A.	-	73 800
SAGIES - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	-	2 649
LGI - Informática, Lda	-	1 773
Outros	3 558	3 376
	<u>85 619</u>	<u>293 948</u>

A rubrica Tempomedia corresponde ao montante por liquidar a esta Sociedade, relativo a campanhas publicitárias.

NOTA 23 - OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outras Contas a Pagar tem a seguinte composição:

	2021	2020
	Euro	Euro
Credores por acréscimos de gastos		
- Férias e Subsídio de Férias	245 910	222 396
- Gratificações excepcionais a colaboradores	95 550	86 815
- FNAC Portugal, Lda.	16 266	-
-BDO e Associados, SROC, Lda.	10 332	-
- KPMG - Auditores, S.A.	-	11 685
Outros devedores e credores		
- Montepio Gestão de Activos SGFI, S. A.	734 552	269 460
- Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	703 109	689 927
- Fundo de Pensões Viva	82 481	119 960
- METLIFE	66 806	56 849
- Fundo PPR 5 Estrelas	46 116	88 285
- Montepio Geral - Associação Mutualista	9 425	-
- Outros	1 557	3 697
	<u>2 012 103</u>	<u>1 549 074</u>

A rubrica Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., regista os montantes a pagar referentes às prestações de serviços de gestão de carteiras contratada a essa Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da conta a pagar à Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. diz respeito às comissões de comercialização a pagar pelas subscrições de unidades de participação em Fundos Abertos realizadas aos balcões daquela instituição, conforme nota 30.

O saldo a favor do Fundo de Pensões VIVA é referente à reposição de comissões de gestão a Clientes institucionais.

O saldo a favor do Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas corresponde à especialização do exercício de ofertas a Clientes a pagar em 2021.

A rubrica BDO regista os honorários a liquidar ao Revisor Oficial de Contas no âmbito das suas funções no valor de 10.332€, incluindo IVA, conforme notas 25 e 38.

NOTA 24 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Esta rubrica regista as comissões cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão.

	2021	2020
	Euro	Euro
Fundos fechados:		
Comissão de gestão - Parte Fixa	4 218 181	3 930 525
Comissão sobre contribuições	30 002	90 946
Comissão de gestão - Parte Variável	913 529	-
	<u>5 161 712</u>	<u>4 021 471</u>
Fundos abertos:		
Comissão de gestão	4 492 083	3 971 020
Comissão de reembolso	116 099	111 719
	<u>4 608 182</u>	<u>4 082 739</u>
	<u><u>9 769 894</u></u>	<u><u>8 104 210</u></u>

NOTA 25 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
	Euro	Euro
Trabalhos especializados	2 863 939	1 743 914
Outra publicidade	375 598	325 287
Rendas e alugueres	135 038	129 923
Comunicação	96 991	107 469
Honorários	61 550	58 794
Artigos para oferta	53 001	100 761
Deslocações, estadas e transportes	21 081	16 880
Limpeza, higiene e conforto	11 921	14 043
Energia e fluidos	10 571	6 553
Conservação e reparação	9 954	8 789
Seguros	4 555	3 970
Material de Escritório	4 397	1 476
Artigos de cafetaria	3 653	6 857
Serviços Bancários	3 065	4 492
Publicidade em jornais e revistas	1 230	1 230
Despesas de representação	183	1 530
Outros	2 836	3 047
	<u>3 659 563</u>	<u>2 535 015</u>

Os gastos com trabalhos especializados traduzem, essencialmente, as prestações de serviços de gestão parcial das carteiras dos Fundos de Pensões realizada pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

A rubrica Trabalhos especializados inclui os valores referentes à revisão legal de contas no valor de 10.332€, incluindo IVA, conforme notas 23 e 38 (2020: 11.685€).

A rubrica Rendas e alugueres inclui rendas de contratos de aluguer operacional de veículos efetuados em regime de gestão de frotas, no valor de 21.812€ (2020: 22.121€). Os pagamentos futuros são apresentados por prazo de pagamento na nota 34.

A rubrica Comunicação refere-se principalmente a correspondência expedida para os Clientes da Sociedade.

NOTA 26 – GASTOS COM PESSOAL

Durante o exercício de 2021 a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 33 colaboradores (2020: 32).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2021	2020
	Euro	Euro
Remunerações	1 452 930	1 314 638
Encargos sobre remunerações	331 272	299 603
Benefícios pós-emprego	162 870	146 199
Seguros	98 087	100 444
Gratificação excepcional	95 550	86 815
Outros	32 050	6 681
	<u>2 172 759</u>	<u>1 954 380</u>

Os benefícios pós-emprego referem-se a um plano de pensões de benefício definido conforme referido na nota 33.

As remunerações e encargos com o Conselho de Administração são apresentados na nota 35.

As remunerações do pessoal chave da Gestão durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Benefícios de curto prazo dos empregados	272 448	323 913
Benefícios pós-emprego	26 814	34 331
	<u>299 262</u>	<u>358 244</u>

NOTA 27 – PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)

A rubrica Provisões (aumentos/reduções) é analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Provisões		
Aumento de provisões	213 658	-
Redução de provisões	-	401 600
	<u>213 658</u>	<u>401 600</u>

NOTA 28 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica Aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustamentos de justo valor:		
Ativos financeiros detidos para negociação	(31 236)	2 737
	<u>(31 236)</u>	<u>2 737</u>

NOTA 29 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica Outros rendimentos é analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Rendimentos em Investimentos não Financeiros	480 416	-
Correcções relativas a períodos anteriores	36 900	22 878
Rendas	-	27 756
Reembolso taxa arbitragem - CAAD	-	22 148
Restituição Imposto selo - Autoridade Tributária	-	7 344
Outros	-	2 018
	<u>517 316</u>	<u>82 144</u>

A rubrica Rendimentos em Investimentos não Financeiros refere-se à mais valia contabilísticas da venda do imóvel sito na Rua General Firmino Miguel, nº 5 - 9º B, conforme nota 8.

NOTA 30 – OUTROS GASTOS

Nos exercícios de 2021 e 2020 a rubrica Outros Gastos tinha a seguinte composição:

	2021	2020
	Euro	Euro
Comissões de comercialização	2 637 340	2 345 429
Donativos	28 000	21 500
Quotizações	11 302	10 848
Impostos	12 312	16 128
Outros	9 263	935
	2 698 217	2 394 840

A rubrica Comissões de Comercialização corresponde às comissões incorridas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos através da Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. e Mii Capital.

NOTA 31 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	22 142	15 296
Propriedades de investimento (nota 8)	4 740	8 126
Ativos intangíveis (nota 9)	38 744	224 760
	65 626	248 182

NOTA 32 – RESULTADOS FINANCEIROS

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos	5 104	6 276
Operação de Capitalização Rendimento Anual	59 944	64 444
Outros rendimentos (VIP)	11 766	11 766
	76 814	82 486

NOTA 33 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um colaborador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e a retribuição.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2021	2020
Pressupostos financeiros		
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxas de rendimento do fundo	1,47%	1,30%
Taxa de desconto	1,47%	1,30%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 + 1	TV 88/90 + 1
Mulheres	TV 88/90 + 2	TV 88/90 + 2
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP
UCP - Unit Credit projectado		

Os pressupostos utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela NCRF 28. A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices, relativamente a obrigações de alta qualidade de empresas e (ii) *duration* das responsabilidades.

À data de 31 de dezembro de 2021, a *duration* das responsabilidades ascende a 20 anos (31 de dezembro de 2020: 23,7 anos).

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2021	2020
Ativos	33	32
Reformados e sobreviventes	2	2
	35	34

• • •

2021 Relatório e Contas Futuro, SA

De acordo com a política contabilística efetuada descrita na nota 1 j), as responsabilidades por pensões e outros benefícios e respetivos níveis de cobertura são analisados como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Ativos / (Responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	(3 978 978)	(3 865 321)
Pensionistas	(288 017)	(306 261)
	<u>(4 266 995)</u>	<u>(4 171 582)</u>
Total das responsabilidades	<u>(4 266 995)</u>	<u>(4 171 582)</u>
Coberturas		
Valor do Fundo	<u>4 335 941</u>	<u>4 196 709</u>
Ativos / (Passivos) líquidos em Balanço (ver nota 14)	<u>68 946</u>	<u>25 127</u>
Percentagem de cobertura	101,6%	100,6%
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	<u>(528 066)</u>	<u>(734 754)</u>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio por morte é apresentada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
	Pensões de reforma	Pensões de reforma
Responsabilidades no início do exercício	4 171 582	3 736 925
Custo do serviço corrente	163 196	148 652
Custo dos juros	54 231	56 055
(Ganhos) / Perdas atuariais		
- Alterações de pressupostos	(114 108)	164 253
- Não decorrentes de alteração de pressupostos	9 618	82 747
Pensões pagas pelo Fundo	<u>(17 524)</u>	<u>(17 050)</u>
Responsabilidades no final do exercício	<u>4 266 995</u>	<u>4 171 582</u>

• • •

A evolução do valor do fundo de pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Valor do Fundo no início do período	4 196 709	3 900 508
Rendimento esperado	54 557	58 508
Desvios financeiros	102 198	37 254
Contribuições da Sociedade	-	217 489
Pensões pagas pelo Fundo	(17 524)	(17 050)
Transferência de Responsabilidades	-	-
Valor do Fundo no fim do período	<u>4 335 941</u>	<u>4 196 709</u>

De referir que o fundo de pensões, denominado "Fundo de Pensões Viva", é gerido pela "Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A." no qual a Sociedade participa em 11,2% a 31 de dezembro de 2021 (2020: 11,1%).

A rubrica Contribuições da Sociedade diz respeito às entregas efetuadas em dinheiro pela Futuro em 2020.

Os ativos do Fundo de Pensões repartidos por tipo são detalhados como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Aplicações em bancos e outras	137 771	220 958
Imobiliário	139 407	132 091
Obrigações	2 842 841	2 691 702
Outros	1 215 922	1 151 958
	<u>4 335 941</u>	<u>4 196 709</u>

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Desvios atuariais no início do exercício	<u>734 754</u>	<u>525 008</u>
(Ganhos) / Perdas atuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	(114 108)	164 253
- (Ganhos) / Perdas de experiência	(92 580)	45 493
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	<u>528 066</u>	<u>734 754</u>
Variação	<u>206 688</u>	<u>(209 746)</u>

• • •

2021 Relatório e Contas Futuro, SA

Os custos do período com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídios por morte podem ser analisados como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
Custo do serviço corrente	163 196	148 652
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(326)	(2 453)
Custos do período	<u>162 870</u>	<u>146 199</u>

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidos em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 como segue:

	2021	2020
	Euro	Euro
No início do exercício	25 127	163 583
Contribuição da Sociedade	-	217 489
Custo do serviço corrente	(163 196)	(148 652)
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	326	2 453
Ganhos / (Perdas) atuariais	104 490	(247 000)
Ganhos / (Perdas) financeiras	102 198	37 254
No final do exercício	<u>68 946</u>	<u>25 127</u>

Os pressupostos atuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões e outros benefícios. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva e a uma variação negativa de 25 pontos base no valor das responsabilidades com pensões cujo impacto é analisado como segue:

	2021		2020	
	Euro		Euro	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(200 331)	213 922	(203 963)	218 162
Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação)	92 030	(88 678)	93 264	(90 019)
Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação)	118 896	(114 543)	121 312	(116 702)
Mortalidade futura (1 ano de variação)	(180 439)	181 167	(173 107)	173 972

NOTA 34 – LOCAÇÕES

A Sociedade apresenta as seguintes responsabilidades futuras no âmbito de Locações Operacionais:

	2021	2020
Menos de um ano	24 780	31 115
Entre um e cinco anos	24 472	49 166
	<u>49 252</u>	<u>80 281</u>

• • •

NOTA 35 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas da Sociedade é apresentada como segue:

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
José Luís Esparteiro da Silva Leitão
João António Morais da Costa Pinto
José Mendes Alfaia
Maria Alice Silva Medeiros Lima Pinto

Acionistas

Montepio Seguros, SGPS, S.A.
Fundação Oriente
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
NAV Portugal, E.P.E
Ana - Aeroportos de Portugal, S.A.

Outras partes relacionadas

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.
Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.
Cesource ACE
Clínica CUF Belém, S.A.
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Finbanco Angola, S.A.

Outras partes relacionadas (cont.)

Fundação Montepio Geral
Fundo de Pensões - Montepio Geral
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
In Posterum, A.C.E.
Leacock Prestação de Serviços, Lda
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Geral Associação Mutualista
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E.
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio, Residências para Estudantes, S.A.
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Nova Câmbio - Instituição de Pagamento, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
SAGIES - Segurança e Higiene no Trabalho, S.A.
SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Ssaginentive - Sociedade de Serviços Auxiliares e Gestão de Imóveis, S.A.

As transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

	2021					Ativos financeiros devidos para negociação Euro
	Caixa e depósitos bancários	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Diferimentos (Passivo)	Diferimentos (Ativo)	
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	2 125 250	-	703 109	-	-	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	87 871	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	-	4 539 730
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	-	7 633	-
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	-	-	734 552	-	-	-
Montepio Crédito, S.A.	-	246	-	-	-	-
	<u>2 125 250</u>	<u>246</u>	<u>1 437 661</u>	<u>-</u>	<u>95 504</u>	<u>4 539 730</u>
	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	-	-	2 633 033	-	-	
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	2 377 085	-	-	-	-	
Montepio Geral - Associação Mutualista	113 226	-	-	-	-	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	4 555	85 991	-	-	-	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	12 096	-	-	59 944	
Montepio Crédito, S.A.	21 812	-	-	-	-	
	<u>2 516 679</u>	<u>98 087</u>	<u>2 633 033</u>	<u>-</u>	<u>59 943</u>	

	2020					
	Caixa e depósitos bancários	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Diferimentos (Passivo)	Diferimentos (Ativo)	Ativos financeiros detidos para negociação
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	493 178	-	689 927	-	-	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	14 700	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	14 700	-
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	-	-	4 542 786
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	-	-	-	-	7 633	-
Montepio Crédito, S.A.	-	641	-	-	-	-
	<u>493 178</u>	<u>641</u>	<u>689 927</u>	<u>-</u>	<u>37 033</u>	<u>4 542 786</u>
	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	-	-	2 341 587	27 756	359	
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	1 252 825	-	-	-	-	
Montepio Geral - Associação Mutualista	107 801	-	-	-	-	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	3 968	84 188	-	-	-	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	12 096	-	-	64 444	
Montepio Crédito, S.A.	22 121	-	-	-	-	
Fundo VIP	-	-	-	-	-	
	<u>1 386 715</u>	<u>96 284</u>	<u>2 341 587</u>	<u>27 756</u>	<u>64 802</u>	

Na rubrica Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. o passivo e gastos suportados referem-se principalmente a comissões devidas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

A rubrica Montepio Gestão de Activos refere-se principalmente a gastos suportados pela prestação de serviços de gestão de carteiras e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 os Administradores Executivos auferiram os montantes de 394.355€ e 269.834€, respetivamente. Importa referir que a partir de abril de 2021, a Futuro passou a contar com dois Administradores Executivos, dando resposta às novas exigências do regime jurídico dos fundos de pensões e respetivas sociedades gestoras. Os restantes Administradores receberam no exercício de 2021 o montante global de 12.250€ (2020: 13.500€). A Sociedade não assumiu quaisquer responsabilidades com pensões de reforma dos anteriores membros dos órgãos sociais. Não existem responsabilidades com os atuais membros, com exceção das assumidas com os Administradores Executivos e que se encontram incluídas nas responsabilidades referidas na Nota 33, cujo gasto do exercício de 2021 ascendeu 58.286€ (2020: 45.586€).

O Património Líquido gerido pela Futuro, a que correspondem os Fundos de pensões que comercializam encontram-se descritos na nota 37.

NOTA 36 – MARGEM DE SOLVÊNCIA

O montante mínimo de capital é definido pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), em função da margem de solvência que tem por base o volume de Ativos em gestão.

A margem de solvência da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 é de 144,99% (2020: 148,03%).

NOTA 37 – FUNDOS DE PENSÕES SOB GESTÃO DA SOCIEDADE

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os Fundos de Pensões sob gestão da Sociedade são analisados como segue:

	Património líquido	
	2021	2020
	Euro	Euro
Fundos Fechados:	1 322 313 695	1 308 122 665
Fundos Abertos:		
Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas	187 099 149	163 934 025
Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro	113 350 703	112 260 313
Fundo de Pensões PPR BIG TAXA PLUS	62 227 574	73 607 512
Fundo de Pensões PPR BIG Ações Equilibrado	51 528 726	26 581 640
Fundo de Pensões VIVA	38 878 181	37 656 224
Fundo de Pensões PPR BIG Moderado	34 924 441	21 108 983
Fundo de Pensões PPR BIG ACÇÕES ALPHA	34 876 785	24 840 307
Fundo de Pensões PPR Geração Activa	18 156 434	16 694 635
Fundo de pensões PPR BIG ACÇÕES DINÂMICO	17 464 971	3 587 488
Fundo de Pensões CORPORATE Moderado	11 864 200	9 711 028
Fundo de pensões PPR BIG Acções Estratégico	10 773 023	1 333 246
Fundo de Pensões FUTURO CLÁSSICO	9 361 061	8 814 853
Fundo de Pensões PPR Big Conservador	6 264 544	3 818 460
Fundo de Pensões CORPORATE DINÂMICO	4 737 191	3 445 910
Fundo de Pensões PPR BIG Obrigações Estratégico	3 688 671	3 883 869
Fundo de Pensões PPA Acção Futuro	2 287 464	1 548 919
Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO	2 067 820	546 180
Fundo de Pensões FUTURO XXI	2 028 366	1 715 209
Fundo de Pensões FUTURO PLUS	1 848 910	1 587 798
Fundo de Pensões BIG Prestige Moderado	1 723 189	239 566
Fundo de Pensões FUTURO LIFE	1 716 111	1 739 343
Fundo de Pensões FUTURO ACTIVO	1 547 653	1 457 881
Fundo de Pensões BIG Prestige Equilibrado	987 651	408 857
Fundo de Pensões Aberto BK Dinâmico	363 713	322 072
Fundo de Pensões PPR Premium Moderado	338 547	312 759
Fundo de Pensões Aberto BK Moderado	270 649	258 542
Fundo de Pensões PPR Premium Dinâmico Ações	188 003	130 978
Fundo de Pensões PPR Premium Aforro	183 140	165 333
Fundo de Pensões PPR WEALTH	149 577	-
Total Sub-total	620 896 447	521 711 930
Total	1 943 210 141	1 829 834 595

NOTA 38 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;

b) Proposta de aplicação de resultados:

O resultado bruto apurado no exercício foi de 1.522.965,09€ e o resultado líquido resultante de 1.208.799,38€. O Conselho de Administração propõe:

- Transferência para a rubrica Outras reservas 53.739,38€;
- Distribuição de dividendos: 1.155.060€ (2,25€/ação)

Detalhe dos honorários faturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas excluindo IVA:

	2021	2020
	Euro	Euro
Revisão legal das contas	8 400	9 500
	8 400	9 500

A Sociedade não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e

A Sociedade não tem impostos em mora ao Estado.

NOTA 39 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não existiram acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados ou que devessem estar registados nas demonstrações financeiras.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FUTURO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e vinte e um e emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da Sociedade, contactando com a Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da BDO & Associados, SROC, Lda., a Certificação Legal das Contas, que foi emitida sem reservas e sem ênfases. O Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma correta a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da Empresa.

No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

- 1- Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e vinte e um;
- 2- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3- Que ao Conselho de Administração seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 24 de março de 2022

O Conselho Fiscal



José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
Presidente



Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Vice-Presidente



Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Vogal

Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** (adiante também designada por **FUTURO** ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 13 121 046 euros e um total de capital próprio de 10 464 846 euros, incluindo um resultado líquido de 1 208 799 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da **FUTURO**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outro Revisor Oficial de Contas, que expressou uma opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases, emitida em 15 de março de 2021.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2022



Pedro Manuel Aleixo Dias
(ROC nº 725, inscrito na CMVM sob o nº 20160361)
em representação de
BDO & Associados - SROC



Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963

Capital Social € 2.566.800

Registada na C.R.C. de Lisboa

Autorizada, Supervisionada e Registada na ASF-Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões com o Nº 3805

Rua do Carmo, nº 42, 6º – 1200-094 LISBOA

Telefone + 351 210 416 005 | Fax + 351 210 416 001

www.futuro-sa.pt